

JUSTIFICAÇÃO

Os produtos e os materiais de cunho erótico exibidos em novelas, filmes, peças publicitárias, vídeos, jornais, revistas e meios de divulgação afins devem continuar sendo comercializados segundo os preceitos da liberdade de expressão que balizam o nosso Estado democrático de direito, ou seja, com destinação exclusiva ao público adulto.

O presente projeto tem por objetivo disciplinar parte desse comércio, visando à maior proteção e à integridade moral e emocional das crianças e dos adolescentes contra um intenso e crescente processo de erotização das relações sociais ao qual estão expostas.

As crianças e os adolescentes são seres em formação para o futuro. O processo de estruturação física e mental ao qual eles estão naturalmente submetidos sofre com facilidade os efeitos positivos e negativos do meio em que vivem. Afetos, sentimentos, sexualidade e valores são peças-chave a compor o sólido mosaico de suas personalidades. Acreditamos que a maciça visualização de imagens eróticas atinge o imaginário do público infanto-juvenil de forma negativa, já que esses indivíduos ainda não dispõem da subjetividade capaz de elaborar adequadamente tais conteúdos.

A sexualidade humana é assunto da maior importância, pois é fator básico na formação do caráter e da personalidade do homem e da mulher. Quando profundamente ferida, pode ocorrer o desvio de sua característica básica de expressão da afetividade e do impulso do desejo pela vida e até mesmo produzir comportamento sexual que ofenda a sociedade. Estupros, estupros com morte ou com morte violenta, pedofilia e toda espécie de torturas e abusos sexuais são frutos da deformação da personalidade humana, leia-se, de sua sexualidade, que passa a se expressar em seu revés.

A nós, legisladores, e ao Poder Público, cabe elaborar e fazer valer mecanismos que respeitem os diversos interesses que compõem o nosso tecido social. Paralelamente à liberdade de expressão que deve ser preservada, não podemos nos eximir da responsabilidade maior de proteger a integridade moral e emocional da parcela mais vulnerável e exposta de nossa população, inclusive em respeito e cumprimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A sociedade justa e igualitária que todos desejamos e defendemos não pode subestimar os efeitos nocivos da excessiva e precoce exposição da infância e da adolescência à erotização adulta.

Entendemos que esta é apenas uma das muitas iniciativas que deverão surgir, com vistas a manter a comercialização do sexo longe das nossas crianças e dos nossos adolescentes, para que, no futuro, possam livre e verdadeiramente exercer o seu direito de opção.

Por último, é mister notar que a nossa proposição está em perfeita consonância com os preceitos constitucionais estabelecidos no seu art. 227, *caput*, que preconiza ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente os direitos previstos no referido dispositivo, “além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos ilustres Pares à aprovação do projeto que ora oferecemos.

Sala das Sessões,

Senador SÉRGIO ZAMBIASI